

casas de apostas depósito mínimo 20 reais

O Governo Federal publicou no Diário Oficial da União desta terça-feira (25/7) a Medida Provisória (MP) nº 1.182/2023 para regulamentar as apostas de quota fixa, conhecidas como "mercado de bets".

Além disso, será enviado ao Congresso Nacional, ainda nesta semana, um Projeto de Lei, que trata da estrutura e dos processos administrativos para fiscalização desse mercado de apostas esportivas.

Os textos visam a estabelecer regras claras para o mercado de apostas por quota fixa, criado pela Lei nº 13.756/2018, suprimindo uma lacuna de regulamentação observada desde a criação desse mercado.

Os ministros da Fazenda e do Esporte são coautores das propostas dos textos da MP e do PL.

A meta é garantir mais confiança e segurança aos apostadores, através da transparência das regras e da fiscalização.

A Medida Provisória confere aos Ministros da Fazenda e do Esporte, em conjunto, novas ferramentas para coibir a manipulação de apostas, especialmente as focadas em eventos de tênis e esportiva.

A arrecadação com apostas vai para o orçamento com previsão baixa.

Estimamos algo na casa de R\$ 2 bilhões por ano, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Em um mercado totalmente regulado, sedimentado e em pleno faturamento, o potencial de arrecadação anual gira entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões.

Essa estimativa considera dados sobre crescimento desse segmento no mundo e no Brasil.

Esta é mais uma iniciativa fundamental do governo brasileiro, que ao regulamentar as apostas esportivas, coibirá a manipulação de resultados e, sobretudo, preservar a integridade esportiva, no seu sentido mais amplo, enaltecendo os valores do esporte como uma referência para toda sociedade.

Este é o enfoque do Ministério do Esporte com esta MP, em trabalho conjunto com todos os interlocutores envolvidos neste assunto, apontou a ministra do Esporte, Ana Moser.

Fazenda e Esporte também buscado os sistemas mais eficientes e modernos para a regulação e fiscalização do setor, em linha com as melhores práticas internacionais.

No Ministério da Fazenda será criada uma secretaria responsável